



CALENDÁRIO ELEITORAL

ELEIÇÃO INTERCALAR DAS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA DE

PENSO S. VICENTE

E

ESPINHO

14 MAIO 2006

Os normativos legais indicados pertencem à LEOAL
Contagem de prazos conforme o artigo 228º da LEOAL

1. Marcação da eleição pelo Governador Civil.
(Artº 222º)

Edital de 08.03.2006 (Assembleia de Freguesia de Penso S. Vicente)
Edital de 16.03.2006 (Assembleia de Freguesia de Espinho)

2. Proibição de propaganda política feita, directa ou indirectamente, através dos meios de publicidade comercial.
(Artº 46º)

Desde 08.03.2006 até 14.05.2006 (Assembleia de Freguesia de Penso S. Vicente)
Desde 16.03.2006 até 14.05.2006 (Assembleia de Freguesia de Espinho)

3. Período durante o qual os arrendatários de prédios urbanos poderão afectá-los à preparação e realização da campanha eleitoral, através de partidos e grupos de cidadãos proponentes
(Artº 66º nº1)

Desde 08.03.2006 até 29.05.2006 (Assembleia de Freguesia de Penso S. Vicente)
Desde 16.03.2006 até 29.05.2006 (Assembleia de Freguesia de Espinho)

PROPOSITURA DE CANDIDATURAS

4. Anúncio público e comunicação ao Tribunal Constitucional de coligações ou frentes partidárias para as eleições
(Artº 17º n.º 2)

Até 27.03.2006

5. Apresentação das candidaturas perante Juiz do Tribunal da Comarca com jurisdição na sede do município.
(Artº 20º nº1)

Até 03.04.2006 (1)



6. O Juiz preside ao sorteio das listas apresentadas.

(Artº 30º nº1)

04.04.2006

(ou no dia seguinte à decisão de reclamação)

7. Verificação da regularidade do processo, autenticidade dos documentos e elegibilidade dos candidatos pelo Juiz

(Artº 25º n.º 2)

de 04.04.2006 a 07.04.2006

8. Suprimento, pelos mandatários das listas, das irregularidades processuais.

(Artº 26º n.ºs 1 e 2)

até 10.04.2006

(3 dias após a notificação do Juiz)

9. Substituição, pelos mandatários das listas, de candidatos inelegíveis.

(Artº 26º nº 2)

até 10.04.2006

(3 dias após a notificação do Juiz)

10. Juiz manda afixar as listas rectificadas ou completadas.

(Artº 28º)

11.04.2006

(Decorridos os prazos de suprimentos)

11. Reclamações (dos candidatos, mandatários, partidos políticos ou primeiros proponentes de grupos de cidadãos eleitores) das decisões do Juiz relativas à apresentação das candidaturas.

(Artº 29º nº1)

até 13.04.2006

12. Resposta dos mandatários às reclamações.

(Artº 29º nº 2)

até 17.04.2006

(48 horas após notificação)

13. Decisão do Juiz sobre reclamações

(Artº 29º nº4)

até 19.04.2006

(2 dias após prazo para resposta)

14. Juiz manda afixar na porta do edifício do Tribunal uma relação de todas as listas admitidas.

(Artº 29º nº5)

até 11.04.2006

ou após decisão das reclamações caso estas existam (**19.04.2006**)

CONTENCIOSO DAS CANDIDATURAS

15. Recurso das decisões finais do Juiz para o Tribunal Constitucional

(Artº 31 n.º1)



Comissão Nacional de Eleições

até 13.04.2006

(48 horas após afixação das listas)

(ou 48 horas após decisão das reclamações – até 21.04.2006)

16. Respostas aos recursos

(Artº 33º n.ºs 2 e 3)

até 17.04.2006

(2 dias após notificação)

17. Em plenário o Tribunal Constitucional decide definitivamente e comunica telegraficamente a decisão ao Juiz, no próprio dia.

(Artº 34º n.º 1)

até 25.04.2006

(8 dias após termo do prazo para resposta)

18. As listas admitidas definitivamente são mandadas publicar pelo Juiz por editais afixados à porta do edifício do Tribunal, da Câmara Municipal e Freguesias

(Artº 35º n.º 1)

até 29.04.2006

(4 dias após recepção das listas)

19. Desistência das listas concorrentes às eleições

(Artº 36º n.º 1)

até 12.05.2006

(até 48 horas antes do dia da eleição)

IMPRESSÃO DOS BOLETINS DE VOTO

20. Escolha das tipografias pela Câmara Municipal.

(Artº 93º n.º 3)

até 30.03.2006

21. Envio do papel pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda aos Governos Cívicos

(Artº 93º n.º 1)

até 11.03.2006

22. Remessa das denominações, siglas, símbolos pelo Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral aos Governos Cívicos, Câmaras Municipais, Juizes de Comarca, e em Lisboa e Porto aos Juizes dos tribunais Cívicos.

(Artº 93º n.º 2)

até 14.04.2006

23. Exposição das provas tipográficas no edifício da Câmara Municipal.

(Artº 94º n.º 1)

até 19.04.2006 (e durante 3 dias até 22.04.2006)

24. Reclamação das provas para o Juiz da Comarca

(Artº 94º n.º 1)

24 horas após os 3 dias de exposição (até 22.04.2006)



Comissão Nacional de Eleições

25. Decisão do Juiz sobre as reclamações.
(Artº 94º nº 1)-

24 horas após reclamação (até 24.04.2006)

26. Recurso para o Tribunal Constitucional.
(Artº 94º nº 2)

24 horas após decisão (até 25.04.06)

27. Decisão definitiva do Tribunal Constitucional.
(Artº 94º nº 2)

24 horas após recurso (até 26.04.2006)

28. Início da impressão dos boletins de votos.
(Artº 94º nº 3)

**imediatamente após o prazo para reclamação 23.04.2006, ou
interposição de recurso 25.04.2006, ou da sua decisão 26.04.2006**

CONSTITUIÇÃO DAS ASSEMBLEIAS DE VOTO

29. O Presidente da Câmara fixa os desdobramentos das assembleias de voto, o que comunica imediatamente às Juntas de Freguesia.
(Artº 68º)

até 17.04.2006

30. O Presidente da Câmara Municipal comunica às Juntas de freguesia os locais de funcionamento das assembleias de voto.
(Artº 70º n.º 1)

até 21.04.2006

31. A Juntas de freguesia anunciam por editais a afixar nos lugares de estilo, os locais de funcionamento das assembleias de voto.
(Artº 70º nº 2)

até 23.04.2006

32. Recurso para o Governador Civil ou para o Ministro da República, consoante os casos, da decisão do Presidente da Câmara Municipal quanto aos os locais de funcionamento das assembleias de voto, pelo presidente da Junta de freguesia ou 10 eleitores pertencentes à assembleia de voto em causa.
(Artº 70º nº 3 e 4)

até 25.04.2006

(2 dias após afixação do edital)

33. Decisão do recurso pelo Governador Civil ou pelo Ministro da República.
(Artº 70º nº 4)

até 27.04.2006

34. Recurso para o Tribunal Constitucional da decisão do recurso pelo Governador Civil ou pelo Ministro da República.
(Artº 70º nº 5)

até 28.04.2006



(1 dia após decisão)

35. Decisão do recurso pelo Tribunal Constitucional reunido em plenário.
(Artº 70 n.º 5)

até 02.05.2006

CONSTITUIÇÃO DAS MESAS ELEITORAIS

36. Afixação pelo Presidente da câmara municipal do edital nos lugares de estilo, do dia, hora e locais em que se reúnem as assembleias ou secções de voto.
(Artº 71º nº 1)

até 25.04.2006

37. A identidade dos representantes de cada candidatura devidamente nomeados e credenciados é comunicada à junta de freguesia.
(Artº 74º nº 2)

até 29.04.2006

38. Reunião dos representantes de cada candidatura devidamente credenciados na sede da junta de freguesia para proceder à escolha dos membros das mesas das assembleias de voto da freguesia.
(Artº 77º nº 1)

até 30.04.2006

39. Proposta por parte dos representantes de cada candidatura ao presidente da câmara municipal de dois eleitores por cada lugar a preencher das mesas de voto, na falta de acordo na reunião, através de sorteio, e sua decisão.
(Artº 77º nº 2,3,4)

**de 30.04.2006 até 02.05.2006 (proposta) e
03.05.2006 (sorteio em 24 horas)**

40. Afixação do edital na porta da sede da junta de freguesia dos nomes dos membros de mesa escolhidos.
(Artº 78º nº 1)

até 02.05.2006 (com acordo)

até 05.05.2006 (com sorteio)

41. Reclamações contra a escolha dos membros, por qualquer eleitor, ao Juiz da comarca.
(Artº 78º nº 1)

até 04.05.2006 (2 dias após afixação edital com acordo)

até 07.05.2006 (2 dias após afixação edital com sorteio)

42. Decisão do Juiz da comarca, e se as atender, procede imediatamente a nova designação, comunicando-a ao presidente da câmara municipal.
(Artº 78º nº 2)

até 05.05.2006 (1 dia após reclamação com acordo)

até 08.05.2006 (1 dia após reclamação com sorteio)

43. Presidente da Câmara lavra alvará de designação dos membros das mesas, participa ao nomeações ao Governo Civil e às Juntas de Freguesia competentes



(Artº 79º)

até 10.05.2006

44. Justificação pelos membros de mesa de impossibilidade de exercício de suas funções - e imediata substituição pelo Presidente da Câmara municipal.

(Artº 80º nº 4 e 5)

até 11.05.2006

45. Envio pelo Presidente da Câmara dos cadernos eleitorais, cadernos de actas, impressos e mapas, boletins de voto e uma relação das candidaturas definitivamente admitidas, aos Presidentes das juntas de freguesia.

(Artº 72 n.º 3)

até 12.05.2006

PROPAGANDA E ACTOS DE CAMPANHA ELEITORAL

46. Declaração ao Presidente da Câmara Municipal das casas de espectáculo que permitem a utilização para campanha eleitoral

(Artº 64º nº 1)

até 27.04.2006

47. As Juntas de Freguesia estabelecem os locais de afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos

(Artº 62º n.º 1)

até 02.05.2006

48. Período da Campanha Eleitoral

(Artº 47º)

de 05.05.2006 a 12.05.2006

49. Proibição de divulgação dos resultados de sondagens ou de inquéritos de opinião relativos ao acto eleitoral.

(Artº 10º Lei 10/2000, 21 Junho)

de 13.05.2006 a 14.05.2006

(até encerramento das urnas em todo o país)

VOTAÇÃO e APURAMENTO LOCAL

50. Voto antecipado

a) Podem votar antecipadamente:

1. Os militares e os agentes de forças e serviços de segurança interna que no dia da realização da eleição estejam impedidos de se deslocar à assembleia de voto por imperativo inadiável de exercício das suas funções no País ou no estrangeiro;

2. Os membros integrantes de delegações oficiais do Estado que, por deslocação ao estrangeiro em representação do País, se encontrem impedidos de se deslocar à assembleia de voto no dia da eleição;



3. Os trabalhadores marítimos e aeronáuticos, bem como os ferroviários e os rodoviários de longo curso que por força da sua actividade profissional se encontrem presumivelmente deslocados no dia da realização da eleição;
4. Os membros que representem oficialmente selecções nacionais, organizadas por federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva, e se encontrem deslocados no estrangeiro, em competições desportivas, no dia da realização da eleição;
5. Os eleitores que por motivo de doença se encontrem internados ou presumivelmente internados em estabelecimento hospitalar e impossibilitados de se deslocar à assembleia de voto;
6. Os eleitores que se encontrem presos e não privados de direitos políticos.

(Art.º 117º n.º 1)

7. Os estudantes do ensino superior recenseados nas Regiões Autónomas e a estudar no continente e os que, estudando numa instituição do ensino superior de uma Região Autónoma, estejam recenseados noutro ponto do território nacional.

(Art.º 117º n.º 2)

- b)** Os eleitores nas condições dos números **1, 2, 3 e 4** devem dirigir-se ao Presidente da Câmara do município em cuja área se encontram recenseados, e, provando o seu impedimento, podem aí exercer o seu direito de voto.

(Artº 118º n.º 1)

de 06.05.2006 a 10.05.2006

- c)** Os eleitores nas condições dos números **4 e 5**, podem requerer ao Presidente da Câmara do município em que se encontre recenseado a documentação necessária ao exercício do direito de voto.

(artº 119º n.º 1 e 120º n.º 1)

até 29.04.2006

- d)** O Presidente da Câmara envia ao eleitor a documentação necessária, e ao Presidente da Câmara onde se encontrem os eleitores, relação nominal dos referidos eleitores e a indicação dos respectivos estabelecimentos hospitalares ou prisionais.

(artº 119º n.º 2, 120º n.º 1)

até 01.05.2006

- e)** O Presidente da Câmara onde se situa o estabelecimento hospitalar ou prisional notifica as listas concorrentes.

(artº 119º n.º 3 e 120º n.º 3)

até 02.05.2006

- f)** A nomeação de delegados para fiscalizar as operações de voto antecipado é comunicada ao Presidente da Câmara.

(Artº 86º n.º 3, 119º n.º 4 e 120º n.º 3)

até 03.05.2006

- g)** O Presidente da Câmara -ou seu substituto legal- desloca-se aos estabelecimentos hospitalares e prisionais.

(artº 119º n.ºs 5 e 6 e 120º n.º 3)

de 04.05.2006 a 06.05.2006

- h)** O Presidente da Câmara envia, pelo seguro do correio, o sobrescrito azul à mesa da assembleia de voto em que o eleitor deveria exercer o direito de sufrágio, ao cuidado da respectiva Junta de Freguesia.

(Artº 118 n.º 9, 119º n.º 5 e 120º n.º 3)

até 11.05.2006



i) A Junta de Freguesia remete os votos ao Presidente da mesa da assembleia de voto.
(Artº 118º nº 10, 119º n.º 7 e 120º nº 3)

até 8.00h de 14.05.2006

51. Os partidos, coligações e grupos de cidadãos eleitores indicam, por escrito, ao presidente da câmara municipal os delegados para cada assembleia de voto e apresentam as credenciais respectivas para assinatura e autenticação.

(Artº 87º nº 1)

até 10.05.2006

52. Dia da Eleição - (das 8 às 19 horas)

(Artºs 105º n.º 1 e 110º)

14 de Maio de 2006

53. Afixação de editais com as listas e boletins de voto à entrada das assembleias de voto

(Artº 35º nº2)

14.05.2006

54. Apuramento do resultado da eleição.

(Artsº 129º a 140º)

14.05.2006

(imediatamente após o encerramento da votação)

55. Envio das actas, cadernos, boletins de voto nulos ou objecto de reclamação/protesto e demais documentos respeitantes à eleição ao presidente da Assembleia de Apuramento Geral.

(Artsº 137º n.º 1, 140º n.º 1)

14.05.2006

(Após apuramento parcial)

56. Remessa ao Juiz da comarca dos votos utilizados não objecto de reclamação ou protesto.

(Artº 138º nº 1 e 140º al. c))

15.05.2006

57. Devolução ao Presidente da Câmara dos votos não utilizados ou inutilizados pelos eleitores.

(Artº 95º nº 2)

até 15.05.2006

APURAMENTO GERAL e CONTENCIOSO

58. Constituição da assembleia de apuramento geral

(Artºs 144º n.º 1)

até 12.05.2006

59. Apuramento Geral em cada círculo eleitoral, proclamação e afixação edital dos resultados eleitorais.

(Artºs 147º, 150º)

desde as 9 horas de 16.05.2006 até 17.05.2006



Comissão Nacional de Eleições

60. Recurso gracioso perante a Assembleia de Apuramento Geral das irregularidades ocorridas no decurso da votação ou do apuramento local.

(Artº 156º n.º 2)

16.05.2006

61. Envio de dois exemplares da respectiva acta de apuramento geral à CNE, Governador Civil ou Ministro da República.

(Artº 151º nº2)

1 dia após apuramento (18.05.2006)

62. Recurso contencioso perante o Tribunal Constitucional, das irregularidades ocorridas no decurso da votação ou do apuramento local, e notificação dos representantes das candidaturas.

(Artº 158º e 159º nº 3)

até 18.05.2006

dia seguinte ao da afixação do edital dos resultados do apuramento

63. Resposta dos representantes.

(Artº 159º nº 3)

até 19.05.2006

64. Decisão do plenário do TC

(Artº 159º n.º 4)

até 21.05.2006

65. Nova eleição em caso de impossibilidade de abertura da assembleia de voto, ou interrupção da votação por período superior a três horas.

(Artº 111º nº 1)

21.05.2006

66. Nova eleição em caso de interrupção por tumulto, calamidade, grave perturbação da ordem pública, etc.

(Artº 111º nº2)

28.05.2006

67. Repetição dos actos eleitorais em caso de assembleia de voto cuja eleição tenha sido anulada.

(Artº 160º n.º 2)

2º domingo posterior à decisão

68. Envio ao Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral da relação de eleitos.

(Artº 234º)

até 06.06.2006

CONTAS DA CAMPANHA ELEITORAL

69. Apresentação do orçamento de campanha ao Tribunal Constitucional/Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

(art. 15º, nº 4, Lei Orgânica 2/2005, 10 Janeiro)

Até 13.03.2006 (Assembleia de Freguesia de Penso S. Vicente)

Até 21.03.2006 (Assembleia de Freguesia de Espinho)



71. Publicação em jornal de circulação local pelas candidaturas do respectivo mandatário financeiro.

(art. 21º, nº 4, Lei Orgânica 19/2003, 20 Junho)

Até 03.05.06

71. Prestação das contas da campanha eleitoral pelas candidaturas ao Tribunal Constitucional/Entidade das Contas e Financiamentos Políticos.

(art. 27º, nº 1, Lei Orgânica 19/2003, 20 Junho)

até 90 dias após a proclamação oficial dos resultados

72. Apreciação pelo Tribunal Constitucional/Entidade das Contas e Financiamentos Políticos da legalidade das receitas e despesas e da regularidade das contas.

(art. 27º, nº 4, Lei Orgânica 19/2003, 20 Junho)

90 dias a partir da apresentação das contas

Notas:

(1) O prazo termina no dia 2, Domingo, razão pela qual transita para Segunda-feira, dia 3.

(2) As datas indicadas constituem limites temporais máximos no pressuposto de os respectivos actos ou notificações terem lugar imediatamente e dentro dos prazos respeitantes à diligência processual que os antecede ou determina, não dispensando contudo, a confirmação pelos interessados das datas exactas junto das entidades competentes.